



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: Ananindeua / 1ª Vara Cível e Empresarial
Polo/Região Judiciária: Tribunal de Justiça do Pará
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 02/08/2023
Data da abertura da correição: 16/10/2023
Data do encerramento da correição: 16/10/2023
Observações: Edital nº 009/2023-CGJ

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ANANINDEUA-PA	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.559-9	CNPJ: 30.757.038/0001-74
Endereço: Rodovia BR 316, KM 1, Ed. Next Office, Loja 01 - Bairro: Atalaia, Ananindeua/PA, Cep: 68.013-000	
Telefone fixo: (91) 3353-2018	Celular: (91) 99126-0701
e-mail: adm@sriananindeua.com.br	Celular Plantão (RCPN): N/A
ATRIBUIÇÕES	
<input type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: ETELVANA ALVAREZ PAULINO JACOVACCI	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 487.006.901-63
Endereço: Endereço: Av. Tropical, 40, Condomínio Oásis, Alameda Curió, nº 41, Bairro Guanabara, Ananindeua/PA CEP: 67110-040.	Ato de nomeação: Portaria nº 502/2020-GP Data da posse / exercício: 04/02/2020
Telefones: (91) 99152-2622	E-mail: jacovaci@uol.com.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL

() Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.

Nome do(a) Substituto(a) Legal: SERGIO IGBERTO JACOVACCI

CPF: 018.945.308-70

Portaria de designação: Portaria de designação: 001/2020

Endereço: Av. Tropical, 40, Condomínio Oásis, Alameda Curio,
nº 41, Bairro Guanabara, Ananindeua/PA CEP: 67110-040.

Telefones: (91) 99165-0077

E-mail: jacovaci@uol.com.br

1

A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas?
(X) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação.
() Irregular. Motivo:

Observações/Providências

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ANANINDEUA
TITULAR: Etelvana Alvarez Paulino Jacovacci
BR-316, KM 01, Edifício Next Office, loja 01
Tel. (91) 3353-2018 – Atalaia
CEP: 67.013-000 – Ananindeua-PA



PORTARIA 001/2020

Eu, Etelvana Alvarez Paulino Jacovacci, brasileira, casada, notária e registradora do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ananindeua, CNS: 06.559-9, situado na Br 316, KM 01, Edifício Next Office, loja 01, bairro Atalaia, em Ananindeua, nomeio para a função de **delegatário SUBSTITUTO** do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ananindeua, o Senhor **SERGIO IGBERTO JACOVACCI**, brasileiro, casado, portador do RG 8311041 SSP/SP, CPF: 018.945.308-70, entrando no exercício de seu cargo e de suas funções nesta data, qual seja, dia 04/02/2020, nos termos do §4º do art. 20 da Lei Federal nº.8.935/94, podendo praticar todos os atos que lhe sejam próprios. Fica o referido Substituto também designado para responder pelos respectivos serviços, nos termos do art. 20. 55º, da Lei Federal nº. 8.935/94.

Ananindeua (PA), 04 de fevereiro de 2020.

ETELVANA ALVAREZ PAULINO JACOVACCI
Registradora Oficial

BR-316, KM 01, Edifício Next Office, loja 01, Tel. (91) 3353-2018 – Atalaia CEP: 67.013-000 – Ananindeua-PA
e-mail: contato@cartorioanandeu.com.br



Poder Judiciário

Malote Digital

Impresso em: 21/05/2021 às 18:52

RECIBO DE LEITURA

Código de rastreabilidade: 81420201317763

Documento: OFICIO DAS PORTARIAS - Pedro.pdf

Remetente: Cartório 1º Ofício - Registro de Imóveis - Ananindeua (Etelvana Alvarez Paulino Jacovacci)

Destinatário: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELEM (TJPA)

Lido Por: HILBERTO DOS SANTOS DUARTE

Data de Envio: 09/11/2020 16:30:50

Data Leitura: 02/12/2020 10:53:36

Assunto: Ofício 1331/2020 - Relação do quadro funcional





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Fichas apresentadas por ocasião da correição
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispoendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Funciona em um prédio comercial bem estruturado, ocuondo o andar térreo e um mesanino.
8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Apresentadas por ocasião da correição. Foi, no entanto, sugerida a colocação de mais um extintor de incendio no arquivo, considerando que havia apenas um, não sendo suficiente para um eventual sinistro diante da quabtidade de papeis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todavia, foram encontrados alguns livros antigos de Registro de Imóveis que estavam dispostos pelo chão, tendo sido determinada a imediata colocação em prateleiras o que foi imediatamente acatado pela titular. Ademais, existe uma sala repleta de documentos que devem ser repassados ao Cartório do 1º Ofício de Notas e Protestos, que estão ainda sob a guarda do Cartório de Imóveis, que anteriormente possuía essa competência.</p> <p>Determinação: proceder à catalogação desses documentos e remeter ao cartório competente.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe sistema de distribuição de senhas.</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Os recibos são automatizados.
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Existe uma quantidade considerável de suscitações de dúvidas não respondidas, conforma relação apresentada pela serventia. Providência: Encaminhar a listagem ao magistrado responsável para solução das dúvidas em tempo razoável
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Foi determinado o encerramento do Livro 3.
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
29	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: sim, o arquivo localiza-se no segundo andar, com acesso restrito aos funcionários, em local salubre.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

31	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Possui dois servidores dedicados, além de backup em nuvem.
32	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: O Livro de correições foi aberto por ocasião da correição.
36	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: O Livro Diário esta escritura de forma correta que permite a perfeita identificação do ato praticado com o respectivo emolumento
37	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Feito no próprio sistema.
38	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
40	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

41	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
48	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
49	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

50	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
53	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
54	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? () SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
55	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Aguardando emissão da Prefeitura para a Certidão da Delegatária.
57	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

60	<p>Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
61	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
62	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO Nº 88/2019 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Oficial de Cumprimento é o Sr Rafael.</p>
64	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Foram orientados a sempre que realizarem comunicações ao COAF, efeturem de forma detalhada, preenchendo o campo observações para melhor esclarecimento sobre o motivo da comunicação.</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) () SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
66	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

69	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p>(X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
70	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

SIM NÃO

Observação: Temos gerador próprio.

Link de comunicação de dados megabits:*

2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM NÃO

Quantos?

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

SIM NÃO

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui proxy? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: 3, Cleiton, Cássio e Roberto.</p>
PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ N° 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
76	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 139/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
77	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	<p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A numeração dos protocolos seguem em ordem. A fiscalização de arrecadação extrajudicial detectou em fiscalização anterior que estava havendo postecipação do protocolo para momento da realização do ato, o que vinha causando problemas na prestação de contas, conforme relatório apresentado. Ocorre que, de acordo com a Titular, tal situação já foi saneada, informando que caso não ocorra o pagamento do protocolo, o ato é cancelado.</p>
2	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme modelo apresentado em correição.</p>
3	<p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O sistema encerra automaticamente diariamente.</p>
4	<p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações: seguem os 5 requisitos previstos em lei.</p>
5	<p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: São canceladas automaticamente pelo sistema Escriba.</p>
6	<p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Destinado às matrículas dos imóveis para registro e averbações.</p>
7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através de fichas eletrônicas no sistema Escriba.</p>
8	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Livro de Receitas e Despesas e de Prenotação estão armazenados digitalmente no servidor, pasta ADM, subpasta CORREIÇÃO.</p>
9	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: São digitalizadas e anexadas no sistema Escriba. Quanto às plantas, são alimentadas na nuvem do One Drive.</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentam nota de análise e deixam o usuário adotar as medidas que entender pertinentes.</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: É observado o cumprimento da averbação da construção em correspondência às frações ideais discriminadas na matrícula do terreno.</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mensalmente e todas as transmissões encontram-se no servidor, na pasta ADM e subpasta DOI.</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Toda comunicação é efetuada através do Malote Digital. Nos casos de nova circunscrição a serventia realiza o encerramento e encaminha certidão.</p>
16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: fica arquivada uma cópia do Ofício.</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 1.283 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há matrículas de imóveis rurais na serventia para estrangeiro.</p>
18	<p>As relações positivas das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras são remetidas à Corregedoria dentro do prazo estipulado pela Lei nº 5.790/1971? Elas têm sido atualizadas no CNIB? () SIM () NÃO (X) PREJUDICADA</p> <p>Observações/Providências: Não há matrículas de imóveis rurais na serventia.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 70/2018-CNJ? () SIM () NÃO (X) PREJUDICADA</p> <p>Observações/Providências: Não há matrículas de áreas indígenas na serventia.</p>
20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº 47/2015 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todas as determinações são atendidas e executadas dentro dos prazos legais. Ressalte-se que, em razão da criação recente da matrícula eletrônica, a ONR mudou o datacenter o que prejudicou a visualização da matrículas on-line, faltando incluir a matrícula eletrônica.</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamente, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: De acordo com a Registradora, a Nota devolutiva é feita de forma única, clara, com a devida referência legal.</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Via PJE</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) () SIM () NÃO (X) PREJUDICADA</p> <p>Observações/Providências: Não há matrículas de áreas indígenas na serventia.</p>
24	<p>São adotadas todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do art. 171, parágrafo único; art. 195-A, § 1º e art. 295, parágrafo único, todas da Lei n.º 6.015/73, encerrando as transcrições com a consequente abertura de matrícula de imóveis? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Todos os comprovantes estão na pasta ADM, subpasta Comprovantes, nomeados como Boletos ONR.</p>
26	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Consulta automatizada pelo sistema Escriba.</p>
27	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso:</p> <p>Observações/Providências: Duas vezes ao dia, no início e no final do expediente.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

28	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.790/1971?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> PREJUDICADA</p> <p>Observações/Providências: não há matrículas de imóveis rurais na serventia.</p>
30	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 004/2021-CRMB/CJCI?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> PREJUDICADA</p> <p>Observação: Não há matrículas de imóveis rurais na serventia.</p>
31	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> PREJUDICADA</p> <p>Observação: Não há matrículas de imóveis rurais na serventia.</p>
32	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> PREJUDICADA</p> <p>Observação: Não há matrículas nestes casos.</p>
33	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>O Cartório acessa diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Normalmente a cada 30 minutos.</p>
35	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
36	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? (Artigos 552 do Código de Normas Extrajudicial).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: É feita automaticamente pelo sistema pontualmente às 17:30.</p>
37	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> PREJUDICADA</p> <p>Observações/Providências: Não há matrículas de imóveis rurais na serventia.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

38	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
	Providências a serem adotadas:

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

Livro	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Nº 1	Protocolo	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Nº 2	Registro Geral	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Nº 3	Registro Auxiliar	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Nº 4	Indicador Real	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Nº 5	Indicador Pessoal	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[] sim [X] não

Observações/Providências:

Matricula 65914 – erro na sequência de averbações e registros. Existência de AV-6 e R-6. Matrícula da ficha impressa não confere com o registro do sistema (nele, não consta o R-6), AV-6 está em folha separada, restando meia folha em branco após o R-6. Após diligências, a equipe identificou que o R-6 foi cancelado por orientação da Secretaria de Planejamento e que não deveria constar na matrícula. Determinação – transpor registros e fazer uma averbação de retificação.

Livro 3, aberto em 18.04.200 - encerrar, inutilizar folhas em branco

Sistema – nem todos os documentos estão digitalizados. Sistema não comporta todos os documentos. Alguns são digitalizados e constam no onedrive. Atualmente, os documentos são digitalizados por protocolo, o que não dá, ao usuário, a visão geral de matrícula.

Livro 3 – não menciona a matrícula do imóvel a que faz referência. Apenas número de protocolo. Deve fazer na descrição do registro.

Verificar – abertura de matrícula por averbação (av1) – matrícula 65914

Consultar Diaex sobre impressão do selo com qr-code na ficha da matrícula



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observações/Providências:

O Cartório de Registro de Imóveis de Ananindeua, com competência exclusiva para registro de imóveis, tem como delegatária a Sra Etelvana Alvarez Paulino Jacovacci, que assumiu a serventia após aprovação em concurso público.

Os serviços funcionam regularmente, em imóvel próprio que, embora compartimentado, comporta os serviços prestados.

O acervo da serventia encontra-se digitalizado, escriturado em sistema, com o respectivo backup.

Ocorre que, atualmente, o sistema não comporta a integralidade dos documentos digitalizados. Parte deles encontra-se no one-drive, e essa divisão não dá, ao usuário do sistema, a visão geral de todo o imóvel ou da matrícula.

Sem prejuízo das providências determinadas, deve a registradora diligenciar para encontrar uma solução para essa questão e para que a integralidade dos documentos referentes às matrículas e as coordenadas georreferenciadas dos imóveis registrados conste no sistema MAPA, disponibilizado pelo ONR.

A serventia utiliza-se atualmente do Sistema Métrica, que também efetua o georeferenciamento, e o vem utilizando para os projetos de regularização fundiária no Município de Ananindeua, e que viabiliza a visualização desses projetos.

Assim, independentemente do uso do Métrica, seria interessante alimentar o sistema MAPA também, com tais informações, para fins de uma visualização nacional dos registros de imóveis no município.

Deve apresentar plano de ação para essa diligência, no prazo de sessenta dias.

Convém, outrossim, fazer as seguintes observações:

I - À Serventia de Imóveis de Ananindeua:

- a) Item 9 - providenciar mais um extintor de incêndio para a serventia;
- b) Item 10 – proceder à catalogação dos documentos que devem ser remetidos ao Cartório de Notas e remetê-los no prazo de 30 dias.
- c) Item 25 – oficiar ao juízo de Registros Públicos de Ananindeua, pugnando celeridade na resposta às suscitações de dúvidas apresentadas pela serventia. Prazo de cinco dias para resposta do magistrado
- d) Item 26 – encerrar o livro 3, que não se encontra mais em uso. Prazo: imediato
- e) Item 20 – A serventia deve empreender esforços para implementação da matrícula de imóvel eletrônica. Oficiar à serventia concedendo prazo de cinco dias para informações atualizadas;
- f) Livros – em relação à matrícula 65914, em que foi verificada atos de Averbação e Registro com números coincidentes, deve fazer uma averbação de retificação e transpor os registros, para que a matrícula coincida com a historicidade do imóvel. Prazo: cinco dias.
- g) Livros – no livro 3, os lançamentos não fazem referência ao número de matrícula, apenas ao número de protocolo. Na consulta ao sistema, é possível identificar todos os números. Diligência: deve ser incluída a matrícula nos registros do livro 3. Prazo para adoção: imediato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

h) Livros – foi identificada, na matrícula 65914, sua abertura através de averbação. Prestar informações. Prazo: cinco dias;

II - À Secretaria da Corregedoria:

- a) - Oficiar à Divisão de Arrecadação Extrajudicial para que preste informações sobre a impressão do selo com QR code na ficha da matrícula. Prazo de cinco dias para resposta
- b) Oficiar ao Juízo de Direito de Registros Públicos de Ananindeua, para que preste informações sobre as 21 suscitações de dúvida apresentadas pela serventia, conforme relatório de id 3738532;
- c) Ainda, deve ser juntado relatório situacional elaborado pela Secretaria de Planejamento, para o devido controle e acompanhamento.

Submeta-se à apreciação do Desembargador Corregedor Geral de Justiça.

Belém, data das assinaturas eletrônicas.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2023.12.12 12:57:27 -03'00'

Lucio Barreto Guerreiro
Juiz Corregedor

PAOLA WATRIN PIMENTA
MENESCAL:65820908287

Assinado de forma digital por
PAOLA WATRIN PIMENTA
MENESCAL:65820908287
Dados: 2023.12.12 16:22:13 -03'00'

Paola Watrin Pimenta Menescal
Analista Judiciário